



Número: **0805790-16.2018.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **13/11/2018**

Valor da causa: **R\$ 5.062,50**

Assuntos: **ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GILSON OLIVEIRA EUGENIO (AUTOR)		CLARA PEREIRA GERONIMO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15379 068	16/07/2018 18:38	Petição Inicial	Petição Inicial
15379 085	16/07/2018 18:38	Peticao Inicial	Outros Documentos
15379 093	16/07/2018 18:38	BO	Outros Documentos
15379 098	16/07/2018 18:38	Comprovante de Residencia	Outros Documentos
15379 106	16/07/2018 18:38	DUT	Outros Documentos
15379 117	16/07/2018 18:38	Habilitacao	Documento de Identificação
15379 127	16/07/2018 18:38	Procuracao	Procuração
15379 136	16/07/2018 18:38	Prontuario-Medico-ilovepdf-compressed-(2)-1-5	Outros Documentos
15379 146	16/07/2018 18:38	Prontuario-Medico-ilovepdf-compressed-(2)-5-10-ilovepdf-compressed	Outros Documentos
15379 158	16/07/2018 18:38	Prontuario-Medico-ilovepdf-compressed-(2)-11-15	Outros Documentos
15379 166	16/07/2018 18:38	Prontuario-Medico-ilovepdf-compressed-(2)-16-20	Outros Documentos
15379 168	16/07/2018 18:38	Sinistro	Outros Documentos
15428 052	19/07/2018 18:38	Decisão	Decisão
17766 090	13/11/2018 16:09	Expediente	Expediente
18131 120	04/12/2018 11:34	Despacho	Despacho

Peticao



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL REGIONAL
MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB**

RESOLUÇÃO 03/2013 DO TJ/PB – PERICIA JUDICIAL PELA SEGURADORA

GILSON OLIVEIRA EUGENIO, brasileiro, casado, autônomo, CPF 075.315.874-40 e RG n. 3221092 SSP-PB, residente e domiciliado na Av. Brasil, nº 64, Cristo Redentor, João Pessoa/PB, Cep: 58.070-250, email: diegobarroso@hotmail.com, vem, por meio de seus procuradores que esta subscrevem, à presença de Vossa Excelência, propor

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, Bairro Centro, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos motivos e fatos a seguir expostos:

I – PRELIMINARMENTE

De início, Nobre Julgador, vem o presente demandante informar que é pobre na forma da lei e não tem como arcar com as despesas/custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família, tudo conforme declaração de hipossuficiência em anexo.

Assim sendo, diante da situação, vem requerer a concessão da Justiça Gratuita para todos os efeitos, nos conformes da Lei nº 1.060/50 e seus artigos.

II – DOS FATOS

O demandante sofreu um acidente na data de 02/06/2017 e decorrente deste sofreu algumas sequelas de caráter permanente como Fratura na Perna Direita, conforme prontuário médico em anexo.



Até o presente momento, Nobre Julgador, o autor sente dificuldades e, em decorrência do acidente sempre precisa de ajuda de familiares para o seu sustento familiar.

O Promovente deu entrada no pedido de liberação do seguro DPVAT administrativamente para INVALIDEZ sobre sinistro n. **318028895**, sendo o mesmo liberado para pagamento o valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) após ter passado pela perícia médica da seguradora.

No mais, Excelência, o autor tem passado grandes dificuldades para conseguir alcançar seu pleito securitário na totalidade, assim sendo, procura o manto protetor do Judiciário para ter seu pleito abraçado de forma correta e justa, já que administrativamente só conseguiu parcialmente pleitear o seu direito.

III – DO DIREITO

III.1 – Da Inconstitucionalidade Formal e Material da Lei 11.945/09

Vale deixar clara a inconstitucionalidade das referidas leis tendo em vista os vícios formais e materiais que existe na referida norma esculpida com intuitos de mitigar direitos dos segurados.

Ocorre, porém, que a tal Lei de 2009, padece, antes de mais nada, de **inconstitucionalidade por vício formal**, em vista da inobservância do devido processo legislativo, seja por violar os requisitos do art. 62 da CF, seja por não se ater ao disposto no art. 7º, II, LC nº 95/98, c/c art. 59, parágrafo único, CF, este último ponto delineado a seguir (destaques no original):

[...] a mencionada lei ordinária [Lei 11.945/09] não observou o preceito estampado no **art. 7º, II, da LC nº 95/98**, cuja redação transcreve-se: "**art. 7º**: O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios: (...) *omissis*; II – a lei **não conterà matéria estranha** a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência, ou conexão; (...)".

Desse modo, sabe-se que a **MP nº 451/08** surgiu com a **intenção de tratar temáticas afetas à ordem tributária**, direta ou indiretamente, e não em regular matéria de ordem estritamente civil, mostrando, clarividente, pois, que o legislador conseguiu articular a inserção de um texto totalmente divergente do que trata a novel lei, que afinal, é **exclusivamente tributária** e em nada relaciona com a regulamentação do pagamento do seguro obrigatório, que, inclusive, dispõe de lei própria (nº 6.194/74).

Contudo, **não se verifica, portanto, a ocorrência de qualquer afinidade, pertinência ou conexão da matéria** constante no art. 31, que regulamenta o pagamento da indenização do seguro obrigatório, com o restante da Lei nº 11.945/09, que, além da nítida distinção temática, tem finalidades totalmente distintas.



Destarte, não sobejam dúvidas de que a nova Lei feriu de morte o **art. 59, parágrafo único da Constituição Federal**, ao maltratar o art. 7º, inciso II, da LC nº 95/98, mostrando **flagrante a inconstitucionalidade** formal do **art. 8º da Lei nº 11.482/2007, originária da Medida Provisória nº 340/2006**, bem como dos arts. 20 e 21 da **Medida Provisória 451/2008 [atuais arts. 31 e 32 da Lei nº 11.945/2009]**, uma vez que desrespeitou a norma expressa da Constituição, que, ao fim, materializa o **princípio do devido processo legislativo**, restando maculado pelo vício de afronta constitucional, restando como única panacéia, a invalidade da corporificação formal do ato mediante **a declaração de inconstitucionalidade**.

Criticando a citada lei pelo seu **pendor antidemocrático**, o autor da ADI fala em **"MP SURPRESA"**, "onde num determinado instrumento normativo que versa sobre tema 'A' e no meio, à surdina, há a dissertação sobre tema 'Z', temos agora a dilaceração de direitos individuais, como o direito a uma justa indenização do seguro DPVAT, que tem caráter suplementar a política do Estado de saúde pública e inclusão social". Complementa:

[...] tanto a Medida Provisória de nº 340/2008 convertida no artigo 8º da Lei 11.482/2007, quanto a MP de nº 451/2008 convertida na Lei 11.495/09 em seus artigos 20 e 21, foram editadas usando do mesmo expediente sorrateiro, em meio as festividades de fim de ano, e sempre inseridas no fim de Medidas Provisórias que tratam de assuntos diversos ao DPVAT.

Advertindo que o fato da MP de nº 451, em seus artigos 19, 20 e 21 entrar em vigor na data de sua publicação, tendo, portanto, vigência imediata em 16/12/2008, completando os 60 (sessenta) dias em 16/02/2009, no momento em que o Parlamento retorna do recesso de fim de ano e nas vésperas do carnaval, com o nítido objetivo de surpreendê-los, impossibilitando-os de analisar à contento a matéria em pauta, levando em consideração, ainda, que o teor principal da Medida Provisória é diverso do que ora é atacado, beneficia, relativamente, os contribuintes de imposto de renda, na implementação de novas alíquotas.

De antemão também, fala-se em **inconstitucionalidade material da Lei nº 11.945/09**, violando vários princípios constitucionais, dentre eles a da vedação ao retrocesso social, da igualdade material e da dignidade humana. Isso porque:

[...] é deveras difícil mensurar pecuniariamente a incapacidade permanente de um ser humano, assim como é também difícil esse tipo de mensura da própria vida. Assim, amparado pelo espírito constitucional de construir uma República erradicando suas desigualdades sociais, faz-se necessário que a indenização do Seguro Obrigatório **garanta patamares mínimos de dignidade**, respeitando a pessoa humana, e assim, dando condições de que supere as dificuldades da deficiência / invalidez física, visto que a integridade psicofísica é requisito basilar do **princípio da dignidade da pessoa humana**. Os arts. 20 e 21 da MP 451 criam uma **aberração jurídica** ao estipular a TABELA DE PROPORCIONALIDADE, avaliando a lesão de



acordo com o GRAU de sua incapacidade, refutando o entendimento dos Egrégios Tribunais, beneficiando o bilionário setor financeiro-securitário. A perda incompleta da mobilidade de um ombro equivale agora a **25%** da indenização total; a perda anatômica ou completa de um pé vale **50%** e a perda da visão completa dos dois olhos vale **100%** da indenização. Agora, pergunta-se: quanto vale um pé para um carteiro, que precisa do dinheiro do seguro DPVAT para, por exemplo, conseguir colocar uma prótese no local? Quais os critérios do Governo para dizer que um pé vale menos que uma mão? Nesse sentido, antes do advento desta medida elitista que só agrada os poderosos grupos econômicos do setor financeiro e securitário, o i. Desembargador Walter Carlos Lemes, assim citou em seu voto como relator da Apelação Cível 78.138-7/188, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:

"(...) Quanto ao terceiro argumento, qual seja, o de que a invalidez foi 'parcial' porque o apelado teve amputado **'apenas' o pé direito**, entendo o seguinte: A prevalecer o raciocínio da seguradora, nunca, mas nunca mesmo, haverá pagamento do seguro por invalidez total, **porque o segurado, ou perde 'apenas' um pé, ou uma perna, ou os dois braços ou a cabeça etc.** Isto é, à maneira de um 'esquartejador', a seguradora divide as partes do corpo do segurado para entender, sempre, que toda invalidez é parcial. Não se pode concordar com semelhante suposição, pois, a ser assim, a invalidez total seria apenas a perda total do corpo, ou seja, a morte. E aí seria difícil pagar ao segurado, já que no além os endereços são de difícil localização. (...)"

Com base nesses fundamentos, as decisões judiciais pacíficas no âmbito da Turmas Recursais Pátrias estão no sentido de se reconhecer a inconstitucionalidade formal e material do art. 8º da Lei nº 11.482/07 (antiga MP 340/06 – ver parte 1 deste artigo) e também do art. 31 (e art. 32, consequentemente) da Lei nº 11.945/2009 (antiga MP 451/08, arts. 20 e 21), aplicando-se o artigo 3º (original) da Lei nº 6.194/74.

Cite-se, por todos: **TURMA RECURSAL DE SERGIPE, Recurso Inominado**, PROCESSO 201101000827, DJE 26/10/2011 (ementa abaixo); **Recurso Inominado**, PROCESSO 201101000847, DJE 26/10/2011; **Recurso Inominado**, PROCESSO 201100900790, DJE 31/08/2011; **Recurso Inominado**, PROCESSO 201000800595, DJE 01/09/2010; processo de nº 201045201837, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, julgado em 27/10/2010; processo nº 201045201674, 8º Juizado Especial Cível de Aracaju/SE, publicado em 27/10/2010.

CONSTITUCIONAL, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO. PROVA DO EVENTO DANOSO E DO DANO PROPRIAMENTE DITO. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO EM 18/11/2010, NO MONTANTE CORRESPONDENTE A R\$ 2.362,50 (DOIS MIL TREZENTOS E SESENTA E DOIS E CINQUENTA CENTAVOS). EVENTO DANOSO OCORRIDO SOB A ÉGIDE



DA LEI 11.945/2009 (09/05/2010). PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. INOCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO QUE DISPENSA A PERÍCIA POSTERIOR. **INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL DO ARTIGO 31, DA LEI 11.945/2009. PREVISÃO DE PAGAMENTO INDENIZATÓRIO DE ATÉ R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) EM CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. LEI ORIUNDA DE MEDIDA PROVISÓRIA. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA UTILIZAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA. ART. 62, DA CF. REDUÇÃO DO PATAMAR DE 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS PARA O VALOR FIXO DE R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) QUE É PREJUDICIAL E AFETA O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. VALIDADE DAS REGRAS ORIGINAIS CONTIDAS NO ART. 3º DA LEI 6.194/74. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO SEU GRAU MÁXIMO, OU SEJA, 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS VIGENTES À ÉPOCA DA LIQUIDAÇÃO DO SINISTRO. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DO *TANTUM DEVOLLUTUM QUANTUM APELLATUM*. INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE A DATA PAGAMENTO ADMINISTRATIVO A MENOR. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TURMA RECURSAL DE SERGIPE, Recurso Inominado, PROCESSO 201101000827, DJE 26/10/2011)**

Assim, com a evolução do entendimento jurisprudencial, considerando inconstitucionais ambas as leis modificativas (Lei nº 11.482/07 e também a Lei nº 11.945/2009) da norma referente ao seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), seja por vício formal ou material, volta a ter aplicação o artigo 3º original da Lei nº 6.194/74, onde não há qualquer menção a graus de indenização.

Assim sendo devido é a condenação em 40 (quarenta salários mínimos atuais com correção do evento danos e juros da citação.

III.3 - Da Comprovação do Nexo de Causalidade Entre o Dano e o Sinistro – Não Cabimento de Graduação da Lesão

Nobre Julgador resta claro através dos documentos acostados a inicial que a autora sofreu um sinistro e deste teve sequela permanente.

Sem maiores prolongamentos faz jus o autor ao valor de 40 salários mínimos, conforme legislação aplicável a espécie, sendo assim, deve a mesma ser indenizada no patamar máximo.



Apelação. Ação de cobrança de diferença de seguro obrigatório DPVAT. Legitimidade passiva de todas as seguradoras do convênio DPVAT. Indenização correspondente a 40 salários mínimos. Correta a fixação nesse parâmetro, que tem critério legal específico. Entendimento consolidado na jurisprudência. Inteligência da Lei nº 6.194/74. RECURSO IMPROVIDO.DPVATDPVAT6.194

(9263169432008826 SP 9263169-43.2008.8.26.0000, Relator: Francisco Orlando, Data de Julgamento: 29/02/2012, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/03/2012)

Neste sentido uníssono é o entendimento esposado pelos Pretórios Pátrios, inclusive pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça):

“CIVIL – ATROPELAMENTO – DEBILIDADE PERMANENTE – SEGURO DPVAT – INDENIZAÇÃO. 01 – PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO IDENTIFICA DO, NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DA DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT DO PERÍODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE, SENDO NECESSÁRIO, TÃO SOMENTE, A PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DELE DECORRENTE. 2 – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (20030110081655ACJ DF – Acórdão: 195640 – Julgamento: 22/06/2004 – 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F. – Rel. Leila Cristina Garbin Arlanch).

A invalidez é justamente o fato gerador do seguro, assim sendo, comprovando o autor através dos documentos acostados que a mesmo sofreu lesão e estas lesões foram ocasionadas pelo sinistro, então, devido é a verba pleiteada no seu teto máximo.

III.3 – Da Desnecessidade de Perícia – Em Caso de Necessidade Que Seja Deferida de acordo com a Resolução 03/2013 do Tribunal de Justiça da Paraíba

Ilustre Magistrado, conforme prontuários médicos acostados o demandante esta com membro sequelado, assim sendo, não há necessidade de perícia médica para atestar o que já foi consolidado pelo prontuário médico.



No mais, caso entenda necessária alguma perícia que esta seja feita **LIMINARMENTE** por **perito judicial** tendo em vista a resolução 03/2013 do Tribunal de Justiça da Paraíba.

IV – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, vem o autor requerer a PROCEDÊNCIA da presente demanda:

- a) Que não seja designado audiência prévia de conciliação ou mediação, nos termos do art. 319 VII, do CPC/2015;
- b) Que seja a Ré devida mente citada por AR, para, querendo, contestar a presente ação no prazo estipulado para o Rito Sumário;
- c) Que seja concedido o benefício da **justiça gratuita** para o demandante por este não ter como arcar com as custas processuais sem prejuízo próprio e de sua família, conforme declaração de pobreza em anexo;
- d) Caso entenda pertinente que o Ilustre Magistrado marque **LIMINARMENTE** perícia médica judicial à custa da parte ré por se tratar de fato impeditivo do direito, já que a seguradora só realizou o pagamento parcial de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) conforme sinistro n. **318028895**, cabendo a esta arcar com o ônus de acordo com a resolução 03/2013 do TJPB;
- e) Que julgue procedente o pedido contido na inicial para que a demandada pague ao autor o valor de R\$ 5.062,50 (cinco mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) que corresponde a diferença de 50% da invalidez permanente da perna direita, devidamente corrigidos do evento danoso e com juros da citação;
- f) Que seja a demandada condenada nas custas e honorários no patamar de 20% sobre o valor da causa;
- g) Requer provar o alegado por todos os meios de provas cabíveis, como testemunhal, documental ou quaisquer outras admitidas no direito.



Dar-se a causa o valor de R\$ 5.062,50 (cinco mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento

João Pessoa/PB, 13 de julho de 2018.

CLARA PEREIRA GERONIMO
OAB – PB nº 24.446

DOCUMENTOS DIVERSOS

- Procuração, Documentos Pessoais
- Ficha de Atendimento do Paciente
- Boletim de Ocorrência
- Laudos Médicos





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA
Nº 00006.01.2018.1.02.008

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00006.01.2018.1.02.008, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 12:21 horas do dia 08 de janeiro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta 8ª Delegacia Distrital da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Marcos Antônio Vasconcelos, matrícula 0573132, e lavrado por Everaldo Martins da Costa, Escrivão de Polícia, matrícula 765015, ao final assinado, compareceu **Gilson Oliveira Eugenio**, conhecido(a) por Eugenio, CNH nº 05184961505, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero masculino, profissão Autônomo, filho(a) de Verônica Cruz de Oliveira e Gidelio Francisco Eugenio, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 10/04/1988 (29 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Avenida Brasil, Nº 64, complemento casa, bairro Cristo Redentor, tendo como ponto de referência Comunidade Novo Horizonte., na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98682-2905.

Objeto(s) Envolvido(s):


(1) Moto, modelo CG 125 FAN, marca Honda, tipo de veículo motocicleta, cor preta, ano 2015, chassi 9C2JC4110FR302470, renavam 01053387315

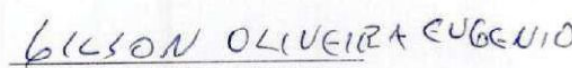
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que, no dia 02 de junho do ano próximo passado, quando se conduzia em sua moto já discriminada, precisamente, no cruzamento das avenidas Elias Cavalcante de Albuquerque e José Francisco da Silva, por volta das 19:30 horas aproximadamente, foi alvo de colisão por parte de um veículo de placas e Condutor não identificado, conseqüentemente, foi alvo de fratura no pé esquerdo, atingindo Tíbia e Fíbula, conforme prontuário Médico apresentado.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 08 de janeiro de 2018.


EVERALDO MARTINS DA COSTA
Escrivão de Polícia

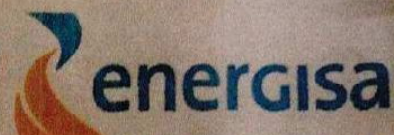

GILSON OLIVEIRA EUGENIO
Noticiante

Procedimento Policial: 00006.01.2018.1.02.008

1/1



LUANA MARIA DA SILVA
AV BRASIL, 64 - CRISTO REDENTOR
JOAO PESSOA / PB CEP: 58070-250 (AG. 1)



Emissao: 23/11/2017 Referencia: Nov / 2017

Classe/Subcls. RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680

Roteiro: 13 - 2 - 554 - 4980

Nº medidor: 00008203148

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.991.969

Cód. para Déb. Automático: 00006118095

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196**

Conta referente a

Nov / 2017

Apresentação

23/11/2017

Data prevista da
próxima leitura

21/12/2017

CNPJ 09.095.183/0001-40

8128344455

Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora):

5/611809-5

Canal de contato

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: CLARA PEREIRA GERONIMO - 16/07/2018 18:37:13

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18071618332793800000014999893>

Número do documento: 18071618332793800000014999893

Num. 15379098 - Pág. 1

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN

LACRE
0042204801

DETRAN - PB

Nº 013747901327

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 0105338731-5 RNTTC 00/00000000 EXERCÍCIO 2017

NOME
GILSON OLIVEIRA EUGENIO

CPT / CNPJ
07531587440

PLACA
GPH3646/PB

PLACA ANT / UF
NOVO PB

CHASSI
9C2JCA110FR302470

ESPÉCIE TIPO
PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC

COMBUSTÍVEL
GASOLINA

MARCA / MODELO
HONDA/CG 125 FAN KS

ANO FAB
2015

ANO MOD
2015

CAP / POT / CIL
2 P/124 /CI

CATEGORIA
PARTIC

COR PREDOMINANTE
PRETA

I P V A	COTA ÚNICA		VENC. COTA ÚNICA	VENC / COTAS	
			00/00/0000	1º	
	FAIXA I.P.V.A. *****		PARCELAMENTO / COTAS 0	2º	
				3º	

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

SEGURO

P A G O

15/09/2017

OBSERVAÇÕES

A.F ADM DE CONC NACION HONDA LTDA

NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

0

LOCAL
JOAO PESSOA-PB

DATA
15/09/2017

14265



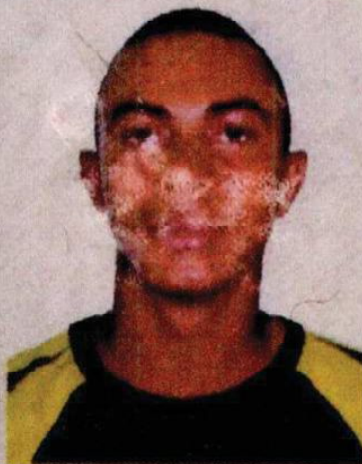
Assinado
Assinado eletronicamente por: CLARA PEREIRA GERONIMO - 16/07/2018 18:37:18
Código de segurança: 18071618334528800000014999901

894150



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
GILSON OLIVEIRA EUGENIO



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF

3221092

SSP

PB

CPF
075.315.874-40

DATA NASCIMENTO
10/04/1988

FILIAÇÃO

GILDELIO FRANCISCO
EUGENIO
VERONICA CRUZ DE
OLIVEIRA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

AD

Nº REGISTRO

05184961505

VALIDADE

11/11/2018

1ª HABILITAÇÃO

15/04/2011

OBSERVAÇÕES

EXERCE ATIV REMUNERADA;

Gilson Oliveira Eugênio

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

JOAO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO

27/12/2013

Rodrigo Cunha/ho

ASSINATURA DO EMISSOR

91641472418

PB027434907

DETRAN - PB (PARAIBA)

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
881636425

PROIBIDO PLASTIFICAR

881636425

Scanned by CamScanner



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Gilson Oliveira Eugenio, brasileiro, casado,
autônomo, inscrito sob RG n. 3221092, SSP/PB e CPF
075.315.874-40, residente e domiciliado(a) Av. Brasil,
64, complemento Casa Cristo, João Pessoa - PB, Cep:
58.070-250

OUTORGADO: **CLARA PEREIRA GERÔNIMO**, brasileira, casada, advogada,
inscrita na OAB-PB n. 24.445, com endereço profissional na Av. Manoel
Deodata, n. 175, Torre, João Pessoa-PB.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado
amplos poderes para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do
Código de Processo Civil, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer
Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações
competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final
decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda,
poderes especiais para, confessar, e conhecer a procedência do pedido,
desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar
compromissos ou acordos, receber e dar quitação de Alvará, podendo agir em
Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem
reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o
substabelecido, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas
privadas, **firmar declaração de pobreza, segundo Lei 1.060/60.**

João Pessoa/PB, 09 de julho de 2018.

GILSON OLIVEIRA EUGENIO
Outorgante



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83)3214-1980
FAX: () - CNPJ:

Ficha Nr: 34385

Atd: Nao Regular

Data: 02/06/2017

Hora: 20:07:13

Recepcionista: MARILENE AUGUSTO FERN

Clinica: ORTOPEDIA

DADOS DO PACIENTE

Num. de vezes atendido: 1

Nome: GILSON OLIVEIRA EUGENIO

Num. Prontuario: 2017.06.000242

CNS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 3221092 Fone: 32235523

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 10/04/1988 Id: 29 ano(s)

End.: AV. BRASIL, 00

Bairro: CRISTO REDENTOR Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Mae: VERONICA CRUZ DE OLIVEIRA

Pai: GILDELIO FRANCISCO EUGENIO

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: OFFICE-BOY

Estado Civil: CASADO(A)

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade: NAO INFORMADO

Resp.: CARLOS ANTONIO - AMIGO

Tel/Doc. Responsavel: / SEM DOCUMENTO: SD

Procedência: RUA

Transporte utilizado: TRANSP. PUBLICO

Vitima de acidente por: COL. MOTO C/ CARRO AS 19:30

Vitima de violência por: PX POSTO DE GASOLININA IPIRANGA

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco:

PA: FR:

[] Aparentemente Bem [] Grave

FC: TP:

[] Politraumatizado [] Convulsao

Peso: Altura:

[] Hemorragia [] Dispneia

Glicemia: IMC:

[] Diarreia [] Agitado

Circ. Abd: O2%:

[] Regular [] Chocado

[] Vomito

Queixa Principal

Observacao

SARU/PACIENTE
+ trauma no tornozelo (D) acidente de
moto (SIC). Dor e edema no tornozelo (D)

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Rx tornozelo (D) APE perit

Diagnostico Fratura bilateral
tornozelo (D)

Conduta Intensa
fala Sota

Prescrição

Horario da medicacao





LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME: <u>Edson de Jesus Pereira</u>		PRONTUÁRIO Nº	
SEXO: <u>M</u>	RACIA: <u>P</u>	CLÍNICA	ENF
DATA DE ADMISSÃO: <u>20/11/14</u>	DATA DE ALTA: <u>29/11/14</u>	TEMPO DE PERMANÊNCIA	
DIAGNÓSTICO INICIAL		CID	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO			
OUTROS DIAGNÓSTICOS			
PRINCIPAIS EXAMES			
PROCEDIMENTO REALIZADO:			
TERAPEUTICA MEDICAMENTOSA			
ANATOMIA PATOLÓGICA			
INFECÇÃO F.O.	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	COLETA DE MATERIAL
RESULTADO BACTERIOLOGIA	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO	
CONDIÇÕES DE ALTA	<input checked="" type="checkbox"/> MELHORADO	<input type="checkbox"/> REMOVIDO	<input type="checkbox"/> APEDIDO
	<input type="checkbox"/> CURADO	<input type="checkbox"/> ÓBITO	

RESUMO CLÍNICO	HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPIA, COMPLICAÇÕES
<u>Recebeu tratamento adequado</u>	
<u>em 29/11/14</u>	

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA:	
REPOUSO:	Relativo em casa por _____ dias.
	Retorno às atividades sem esforço físico em _____ dias.
	Retorno às atividades com esforço físico leve em _____ dias e com esforço maior em _____ dias.
CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:	Lava-la com água e sabão duas vezes por dia. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.
MEDICAÇÕES PARA CASA:	
RETORNO	Ao posto de saúde em _____ para retirada de pontos.
	Ao Ambulatório do _____ em 30 dias para revisão.

DATA	ASS. MÉDICO CRM
<u>29/11/14</u>	
Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar	
Para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO	
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.	

Dr. João Batista F. Júnior
Ortopedia e Traumatologia
CRM - RJ 15139

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: CLARA PEREIRA GERONIMO - 16/07/2018 18:37:34

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1807161834484800000014999930>

Número do documento: 1807161834484800000014999930

Num. 15379136 - Pág. 2



LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

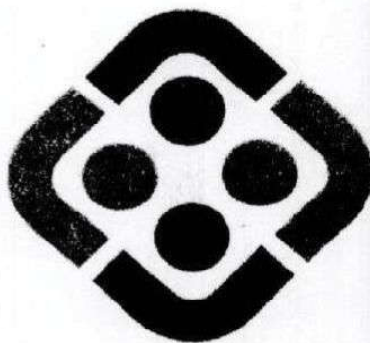
NOME		GILSON OLIVIERA FUGNINI		PRONTUÁRIO Nº	
IDADE		SEXO		ENF	LEITO
DATA DE ADMISSÃO		DATA DE ALTA		TEMPO DE PERMANÊNCIA	
02/06/17		21/06/17			
DIAGNÓSTICO INICIAL		Fratura do Tornozelo			
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO					
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
PRINCIPAIS EXAMES		RADIOGRÁFIA EXAMES FÍSICOS			
PROCEDIMENTO REALIZADO		Tratamento cirúrgico da fratura do tornozelo			
TERAPIA FARMACOLÓGICA					
ANATOMIA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO F.O.		<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		COLETA DE MATERIAL <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
RESULTADO BACTERIOLOGIA					
EVOLUÇÃO DE ALTA		<input checked="" type="checkbox"/> MELHORADO		<input type="checkbox"/> REMOVIDO	<input type="checkbox"/> A PEDIDO
CURADO		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/> ÓBITO	
RESUMO CLÍNICO		HISTÓRIA EVOLUÇÃO TERAPÊUTICA COMPLICAÇÕES			
Paciente submetido a TTE da fratura do tornozelo com boa evolução e alta com medicação.					
DIETA:		Liquida			
REPOUSO:		Relativo em casa por 30 dias 45 dias			
		Retorno às atividades sem esforço físico em 60 dias e com esforço maior em 90 dias.			
CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:		Lavar com água e sabão duas vezes por dia. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.			
MEDICAÇÕES PARA CASA:		Ceftriaxona + Diclofenaco			
RETORNO		Ao posto de saúde em _____ para retirada de pontos			
		Ao Ambulatório do _____ em 30 dias para revisão.			
DATA		21/06/17			
ASS. MÉDICO CRM		[Assinatura]			
Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar					
Para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.					

Scanned by CamScanner



FATURADO

MINISTÉRIO DA
SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE



G-H
ex 1

**Complexo Hospitalar
MANGABEIRA**

GOVERNADOR TARCÍSIO BURITY

PRONTUÁRIO

Nº:

2017060242

SISTEMA
INTERMEDIÁRIO
VISTO

NOME DO PACIENTE:

GILSON OLIVEIRA EUGÊNIO

ENFERMARIA:

24

LEITO:

405



Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

Reservado p/ liberacao

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO

DESTINO DO PACIENTE

[] Residencia [] Transferido [] Desistencia [] UTI
[] Alta a pedido [] Enfermaria Obito: [] Atestado [] SVO [] IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico



Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Exclusao

Reservado p/ liberacao

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO

DESTINO DO PACIENTE

[] Residencia [] Transferido [] Desistencia [] UTI
[] Alta a pedido [] Enfermaria Obito: [] Atestado [] SVO [] IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico



RELATÓRIO DE CIRURGIA

[illegible]



FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Nome: Julia Oliveira Eucena Data da Admissão: 02/08/14
Prontuário: _____ Idade: _____ Enfermaria: _____ Leito: _____
Nome da Mãe: _____ Bairro: _____
Endereço: _____ Estado: _____ Fone: _____ Profissão: _____
Cidade: _____ Estado Civil: _____ Religião: _____
Sexo: F () M (). Cor: _____ Data de Nascimento: 11/11/1988
Escolaridade: _____
QPD: Doença de origem desconhecida
HDA: Boleto no lado esquerdo do abdômen
apresentando dor de cólica
em TN e 1/2 da cintura
no momento, com
exatidão.
Medicações em uso: _____
Interrogatório Sintomatológico:
Geral: [] Febre [] Astenia [] Anorexia [] Perda de Peso _____ Kg em _____ [] Prurido [] Sudores
[] Calafrios [] Alopecia [] Adenomegalias [] Icterícia [] Tonturas [] Outros: _____
Pele: _____
Cabeça e Pescoço: [] Cefaléia [] Espirros [] Rinorréia [] Obstrução Nasal [] Epistaxe
[] Dor de Garganta [] Bócio [] Rouquidão [] Disfagia Audição: _____ Visão: _____
AR e ACV: [] Dor _____ [] Tosse [] Expectoração [] Hemoptise
[] Dispnéia [] Palpitações [] Desmaio [] Cianose [] Edema _____ Outros: _____
ABD: [] Dor _____ [] Pirose [] Solução [] Regurgitação [] Hematêmese [] Náusea
[] Vômitos [] Dispepsia [] Diarréia [] Melena [] Enterorragia [] Constipação [] Aumento de volume
AGU: [] Disúria [] Incontinência [] Retenção [] Poliúria [] Oligúria [] Noctúria [] Hematúria
[] Mal Cheiro [] Corrimento [] Outras: _____
SME: [] Dor _____ [] Rigidez pós-reposou [] Deformidade
[] Artralgia [] Calor [] Rubor [] Edema [] Crepitação [] Fraqueza [] Atrofia [] Espasmos
SN e PSO: [] Insônia [] Sonolência [] Convulsões [] Motricidade e Sensibilidade
[] Amnésia [] Libido [] Humor _____

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



Posição e Preparo:
$$1. 2D + \text{Anhydride} + CC$$

2. Factorial ANOVA

3. ~~203482000~~ to 600 00 1000

4. Find the Green's function of

Incisão:

Points covered + 1 Answer

5. Tormenta el 24 de Jan 30

6. Fascist Union

4. Arthropods No diff D.

Achados:

1. How old or how long have you been in the U.S.?

Sum of 3 Refining Contents

3. Interference on 2 lines of vision

0 - Answer other, for Ben

Conduta:

→ Por 8m Contador Rovers

[Signature]

Fechamento:

OBS:

Data: 1/1/1

MÉDICO/CRM

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB



FORMULÁRIO DE ANESTESIA

NOME: Clara Pereira Geronimo DATA: 16/07/18

ESTADO CIVIL: ☐ Solto ☐ C&S ☐ Vuv ☐ Desq ☐ SEXO: ☒ Masc ☐ Femi ☐ COR: ☐ BR ☐ PO ☐ PT ☐ PROFISSÃO: Enfermeira IDADE: 37

ENDEREÇO: Av. (Rua) CATEGORIA:

HOSPITAL:

AIH ☐ CP ☐ MAT ☐ COD ☐ INSC ☐ GIH ☐ OUTRAS ☐

DIAGNÓSTICO: torçao do tornozelo + fratura do pé direito

OPERAÇÃO REALIZADA: fixação do tornozelo + fratura do pé direito

CIRURGIÃO: Dr. [Assinatura] AUXILIAR: Dr. [Assinatura]

INÍCIO ANESTESIA: 14h30 TÉRMINO DA ANESTESIA: 16h30 DURAÇÃO DA ANESTESIA: 2h00

CODIGO DO PROCEDIMENTO: 12345 QUANT. DE US (PONTOS): 1 VALOR R\$: 1000,00

CRM-PB: 12345

HORA

AGENTE

COEFICIENTES

220
200
180
160
140
120
100
80
60
40
20

PRESSÃO ARTERIAL: 120/80 PULSO: 90 RESERVAÇÃO: 100 TEMPERATURA: 36,5 PESO: 60 GRUPO SANGÜÍNEO: B

EST. GERAL: ☒ BOM ☐ REGULAR ☐ MAU ☐ PÉSSIMO ☐

EXAMES COMPLEMENTARES:

PRE ANESTÉSICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

ANESTESIA GERAL ☐ RAQUIDIANA ☒ EPIDURAL ☐ BLOQ. PLEXO ☐ BLOQ. NERVOS ☐ OUTROS ☐

TÉCNICA: ATD + BSA 13-4/17/18 + AG 27610/17/18

MEDICAMENTOS GASTOS NO ATO ANESTÉSICO

1	<u>0,5g/kg</u>	6
2	<u></u>	7
3	<u></u>	8
4	<u></u>	9
5	<u></u>	10

OBSERVAÇÕES:

DE: [Assinatura] DATA: 16/07/18





PRONT:

[illegible]

Anestesiologista: _____		Término: _____		Duração: _____	
Início: _____					
MEDICAMENTO	Q.	MEDICAMENTO	Q.	MATERIAL	Q.
Adrenalina (amp.)		Oxido nitroso (N ₂ O)		Escalpe	
Água dest. (amp.)		Oxigênio (O ₂)	08	Espandrapo	08
Aminofilina (amp.)		Pancuron (amp.)		Espandrapo hipod.	
Atropina (amp.)		Plasil (amp.)		Fio de algodão	
Bicarbonato de sódio (amp.)		Propofol (amp.)		Fluxor artroscop.	
Bupivacaína 0,5 % (fr.)		Prostigmine (amp.)		Gorro descartável	
Bupivacaína 0,75 % (fr.)		PVPI deger.	08	Lamina de bisturi	08
Captopril (compr.) 12,5 mg		PVPI tinaura	08	Lamina gilete	
Cedilande (amp.)		Quelicin (amp.)		Luvas de procedimentos	08
Cloreto cálcio (amp.)		Rapifen		Luvas estéreis (par)	08 7,5
Cloreto potássio (amp.)		Revivam (amp.)		Malha tub 10 cm	
Clorexidina 2%		Rocefin 1g (amp.)		Mascara descartável	
Cloridrato de tramadol		Sevocris		Mononylion	
Cloridrato naltorfina (amp.)		Sol. Ringer c/ lact. 500 ml	1	Propé descartável	
Decadron (amp.)		Soro fisiológico 1000 ml	1	Serin. descartável 1 cc	
Dexametazona (amp.)		Soro fisiológico 500 ml		Serin. descartável 10 cc	08
Diazepam (amp.)		Soro glicosado 500 ml		Serin. descartável 20 cc	
Dimorf (amp.)		Sulo-cortef 500 mg		Serin. descartável 3 cc	08
Dipirona (amp.)		Fenitoina sódica		Sonda Foley	
Dolantina (amp.)		Tilatil (amp.)		Sonda nasogástrica	
Dolosal (amp.)		Voltaren (amp.)		Sonda uretral	
Dormonid (amp.)				Vicryl	
Efonil (amp.)					
		MATERIAL		TAXA/EQUIPAMENTO	
Litr		Abbacath ou Gelco		Artroscópio	
Esomidato		Aciflex		Aspirador elétrico	
Fenergan (amp.)		Água oxigenada		Bisturi elétrico	
Fenocris	08	Agulha desc. p/ raque	08	Interanf. de Imagem	
Fentanil		Alcool iodado	08	Monitor	08
Flumazenil		Atad. Gessada Cremer/Jonson	08	Oxímetro pulso	08
Glicose (amp.)		Atadura algodão 20 cm	08	Perfurador elétrico	
Haloperidol		Atadura de crepom 15 cm	08	RX	
Halothano (fr.)		Bola de algodão			
Hydrocortizona 500 mg		Boles de colostomia		PRÓTESE - SÍNTESE	
Isoflurane ml		Camisa p/ microscópio	08	Fio de Steinmann	
Kanakion (amp.)	08	Cateter p/ oxigênio		Fio de Kirschner	
Kefazol (fr.)		Cateter p/ peridural		Hemodreno	
Keflin (amp.)		Cateter p/ subclávia			
Ketalar (fr.)		Catgut cromado			
Lasix (amp.)		Catgut simples			
Lidocaina 2%		Catgut simples agulhado			
Lidocaina 2% (geléia)		Cera óssea			
Neocaina 5% pes. (amp.)		Coletor urina fechado			
Liquemine		Compressa cirúrgica			
Metildopa (compr.)		Compressa gaze	08		
Metronidazol 500 mg	08	Dreno de Kher	08		
Midazolam		Dreno penrose	08		
Narcan		Eletrodo desc.	08		
Neocaina 0,5 % high (amp.)	08	Equipo macro	08		
Neocaina 0,5 % isob (amp.)		Equipo micro			
Nitiperidol					

Date: 03/06/2017

Assinatura e Carimbo

CIRCOLANTE
Assinatura e Carimbo

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, 6/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB



FORMULÁRIO DE ANESTESIA

		Hospital Mangabeira MANGABEIRA RUA DE ABRIL, 100 - JARDIM SÃO CARLOS - JACARA - RJ		HOSPITAL UNICO DE SAUDE		FORMULARIO	
NOME GILSON OLIVEIRA		DATA 20/6/17		IDADE 29		PROFISSÃO	
ESTADO CIVIL Solt.		SEXO Masc.		COR BR		PO PT	
ENDEREÇO Av. (Rua)		HOSPITAL Mangabeira		CATEGORIA		OUTRAS	
AIH CP		MAT COD		INSC GIH		OUTRAS	
DIAGNÓSTICOS Fratura de fêmur esquerdo		OPERAÇÃO REALIZADA Trat. cirúrgico e fixação		AUXILIAR Comule		DURAÇÃO DA ANESTESIA 1h 15m	
CIRURGIÃO Raul		INÍCIO ANESTESIA 8:45h		TÉRMINO DA ANESTESIA 12:00h		VALOR R\$	
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO		QUANT. DE US (PONTOS)		CRM-PB		CPF	
Comule Nobre							

[illegible]

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

Incisão:

Tórax (E) Edemaciado 4x4+
grandes fleturas lat. e medial

⇒ Desbridamento + limpeza

Achados:

exostose com sangramento
e SF 0,9%

Conduta:

⇒ Tolo hptc

⇒ sem intercorrências

Prescrito R. Alencar
com 600

Fechamento:

OBS:

Data: ____/____/____

MÉDICO/CRM

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.





EVOLUÇÃO TÉCNICO DE ENFERMAGEM - BLOCO CIRÚRGICO

PACIENTE: Wilson Oliveira DATA: 05/06/2017
HORA: 18:30 ORTOPEDIA () CIR. GERAL () BMF () OUTROS ()
PROCEDIMENTO CIRÚRGICO: Teste Clínico de Mangabeira
Subtotal + Limpeza

SINAIS VITAIS

T: 36.1 °C PULSO: 73 bpm FR: 18 rpm FC: 98 bpm SpO₂: 98 %
P.A.: 93/61/73 mmHg EtCO₂: 35 mmHg

EXAME GERAL

A) NÍVEL DE CONSCIÊNCIA

(☒) Consciente () Orientado () Acordado () Desorientado
() Torporoso () Comatoso () Agitado () Sedado
() Inquieto () Depressivo () Choroso () Outros

B) PELE E MUCOSAS

(☒) Normocorada () Desidratada () Cianótica () Pálida
() Sudorese () Prurido () Lesões () Manchas
() Higiene Satisfatória () Higiene Deficiente

C) SISTEMA CARDIOVASCULAR

() Hipertensão () Afebril () Febril () Taquicardia
() Bradicardia () Hipotensão () Arritmia () Pulsos Palpáveis
() Chocado () Acesso Central () BIC () Flebotomia

D) SISTEMA RESPIRATÓRIO

(☒) Eupneico () Dispneia () Taquipneia () Bradipneia
() Uso de O₂ por Cateter/cânula () Intubado () Ventilação Mecânica

E) SISTEMA GASTROINTESTINAL

(☒) Jejum () Dieta Livre () Dieta Líquida () Dieta Pastosa
() SNG () Dieta por SNG () Vômitos () Náuseas () Abdome distendido
() Abdome flácido () Abdome globoso () Abdome plano () Evacuações presentes
() Evacuações Ausentes

F) SISTEMA GENITOURINÁRIO

(☒) Diurese espontânea () SVF () SVA () Disúria () Hematúria () Piúria
() Colúria () Cistostomia () Sem Débito Urinário
Débito Urinário de ml

G) SISTEMA MÚSCULO-ESQUELÉTICO

() Deambulando () Deambula c/ dificuldade () Deambula c/ auxílio
() Acamado () Amputações () Deformidades () Paraplegia () Tetraplegia



MATERIAL UTILIZADO EM CIRURGIA

Hospital: Hospital de Maranguape Código: _____
 Procedimento: trat. lesão fratura torácica Cód. do Procedimento: _____
 Paciente: Edson Oliveira Eugênio Convênio: _____
 Data da Cirurgia: 20/06/17 Prontuário Nº: 2017.06.6742
 Cirurgião: P. R. R. R. R. R. Coódogo: _____
☐ Reposição ☐ Caixa Pronta

DESCRIÇÃO DE PRODUTOS UTILIZADOS

Qtd.	Descrição	Cód. Produto	Valor Unt.	Valor Total
01	Placa de 3,5			
01	Placa de 3,5			
02	Parafuso cortical nº 46			
01	" " " 50			
01	Aríndia 3,5			

ESPECIFICAÇÃO DE PARAFUSOS


	Nº	Qtd.	Cód.	Valor Unt.	Valor Total
PARAFUSO CORTICAL. 3.5mm					
PARAFUSO CORTICAL. 4.5mm					
PARAFUSO ESPONJOSO. 4.0mm					
PARAFUSO ESPONJOSO. 6.5mm					
ESP. R/16 CURTA					
PARAFUSO ESPONJOSO. 6.5mm					
ESP. R/32 LONGA					
PARAFUSO MALEOLAR 4.5mm					

Obs.: O preenchimento do prontuário é obrigatório.

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO CONSULTOR DE VENDAS
 Condições de pagamento: _____
 Faturar N.F. para: _____
 Cód. do consultor: _____ Total: _____

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO ESTOQUE
 Nº do pedido: _____



	Sistema Único de Saúde	Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)	Folha 1/2
Identificação do Estabelecimento de Saúde			2 - CNES 2 3 9 9 6 2 8	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCÍSIO BURITY			4 - CNES 2 3 9 9 6 2 8	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCÍSIO BURITY				
Identificação do Paciente			6 - Nº DO PRONTUÁRIO	
5 - NOME DO PACIENTE Gelson Oliveira Eugênio			8 - DATA DE NASCIMENTO / /	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) 10 - NOME DA MÃE			9 - SEXO Masc. <input checked="" type="checkbox"/> 1 Fem. <input checked="" type="checkbox"/> 3	
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)			11 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA			14 - Cód. IBGE MUNICÍPIO 15 - UF 16 - CEP	
17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)				
MUDANÇA DE PROCEDIMENTO				
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR			19 - Cód. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR	
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA			21 - Cód. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA	
22 - DIAGNÓSTICO INICIAL			23 - CID 10 PRINCIPAL 24 - CID 10 SECUNDÁRIO 25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)				
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL			27 - Cód. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	
28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO I <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO II <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO III				
29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			30 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL 31 - QTDE	
32 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			33 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL 34 - QTDE	
35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			36 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL 37 - QTDE	
38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO				
cx313 os placa ALP com 07ms 04 parafuso cost. com n.º 14-01; 16-02; 50-01 03 preucela				
PROFISSIONAL SOLICITANTE				
39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE			40 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
41 - DOCUMENTO () CNS () CPF			42 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
43 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)				
AUTORIZAÇÃO				
44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR			45 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR	
47 - DOCUMENTO () CNS () CPF			46 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	
48 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR				
49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)				





SOLICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ÓRTESE / PRÓTESE

Nome do Paciente: Gilson Oliveira Idade: _____
☒ Paciente Interno Enfermaria: 24 Leito: 405 Data: 15/06/17
☐ Paciente Externo RG: _____ CPF: _____ Fone: _____

Diagnóstico: PNZ. D

Material Especial: - cano 35

Justificativa Médica da Solicitação do Material:

Material necessário para cirurgia

Dr. André Luis Siqueira
Oncologista Radioterápico
CRM: 62019-8/06207 TEOT 11797

Parecer do Coordenador do Serviço: _____

Assinatura e Carimbo

Parecer da Direção Técnica: _____

Assinatura e Carimbo

1ª Via: Prontuário

2ª Via: Farmácia

3ª Via: Direção Administrativa

Rua Aq. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



Assinado eletronicamente por: CLARA PEREIRA GERONIMO - 16/07/2018 18:37:46

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18071618360602500000014999959>

Número do documento: 18071618360602500000014999959

Num. 15379166 - Pág. 2

Número do Laudo 73347807

Unidade Solicitante complexo hospitalar de mangabeira gov tarcision burity

Unidade Executante complexo hospitalar de mangabeira gov tarcision burity

Data/Hora de Solicitação 03/06/2017 0:14

Atendente Solicitante Alexandre Magno Freire da Silva

Data/Hora da Regulação 03/06/2017 0:18

Profissional Regulador Manoel Angelo Filho cpf: 13315331472

Situação Autorizada em andamento

Alta Data de Registro

Motivo

Data Prevista 06/06/2017

Data/Hora de Internação 03/06/2017 0:25

Profissional Registro da Internação Alexandre Magno Freire da Silva

Paciente Código 899999167705024

Nome GILSON OLIVEIRA EUGENIO

Nome da Mãe VERONICA CRUZ DE OLIVEIRA

Data de Nascimento 10/04/1988

Unidade Emissora do Laudo complexo hospitalar de mangabeira gov tarcision burity

Profissional Emissor do Laudo Nome fidias gomes ferreira borborema

CPF 02260017410

Caráter da Internação 2- Urgência

Clinica Clínica cirúrgica: Leito Cirúrgico: Ortopedia/Traumatologia

Procedimento Solicitado Código 0408050578

Nome tratamento cirurgico de fratura do tornozelo unimaleolar

Procedimento Realizado Código 0408050578

Nome tratamento cirurgico de fratura do tornozelo unimaleolar

Diagnóstico Inicial Código S826

Descrição fratura do maleolo lateral

Diagnóstico Principal Código -

Descrição -

Diagnóstico Secundário Código -

Descrição -

Principais Resultados e Provas EXAME FISICO E RX. SOLICITO LEITO EXTRA

Diagnósticos

Procedimentos

Especiais

Registrados

Classificação / Subclassificação do Leito Ocupado Leito Cirúrgico: Ortopedia/Traumatologia / Misto

03/06/2017 00:30

de 1



04/10/17	Oncoepid. Fr. + de T1/2 Baixa de clonagem Ag. onco
	João Pessoa - PB Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB. CRIM: 10482
05/10/17	⇒ Eolop 4+1/4+ TNZ (E) ⇒ grandes plectos TNZ (E) ⇒ Desdobramento e limpeza exatista.
	Pseudo R. Murore Lda 6001
09/06/17	Oncoepid. At. oncoepid. R. O. O. O. O. O. O. O. O.
	Dr. André Luís Siqueira Oncoepid. R. O. O. O. O. CRIM: 10482
09/10/2017	U. DPO L. L. L. L. L. Família e L. L. L. L. L. M. L. L. L. L. L. L. L. L. L. L. L. L. L. L. L. L. L. L. L. pelle.

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



Rio de Janeiro, 15 de Fevereiro de 2018

Carta nº: 12383567

A/C: GILSON OLIVEIRA EUGENIO

Nº Sinistro: 3180028895
Vitima: GILSON OLIVEIRA EUGENIO
Data do Acidente: 02/06/2017
Cobertura: INVALIDEZ

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: GILSON OLIVEIRA EUGENIO

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 104

Agência: 000001033

Conta: 0000096710-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um tornozelo 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =	R\$	1.687,50
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01659/01660 - carta_15R - INVALIDEZ

00020830





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Regional de Mangabeira

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0805790-16.2018.8.15.2003

DECISÃO

Da análise dos autos, verifica-se que a presente demanda foi ajuizado no foro do domicílio do autor.

Acontece, porém, que o promovente reside no bairro Cristo Redentor, o qual não se insere na competência territorial do Foro Regional de Mangabeira desta Comarca, fixada pela Resolução nº 55 do TJPB, portanto, a presente demanda não poderia ter sido distribuída para esta vara.

É sabido que a competência, sendo absoluta, não pode ser prorrogada neste juízo que, funcionalmente, é absolutamente incompetente, motivo pelo qual deve ser examinada *ex officio*, pelo juiz.

Ante o exposto, não estando o bairro **(Cristo Redentor)** do autor inserido no rol dos bairros sob a jurisdição deste Foro Regional, nos termos da Resolução nº 55/TJPB, reconheço a **incompetência** absoluta deste juízo, e determino sejam os autos remetidos à Distribuição do Fórum Cível da Capital, para o devido sorteio.

Intime-se a parte autora desta decisão e, imediatamente após, remetam-se os autos conforme determinado .

JOÃO PESSOA, 18 de julho de 2018.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Regional de Mangabeira

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0805790-16.2018.8.15.2003

DECISÃO

Da análise dos autos, verifica-se que a presente demanda foi ajuizado no foro do domicílio do autor.

Acontece, porém, que o promovente reside no bairro Cristo Redentor, o qual não se insere na competência territorial do Foro Regional de Mangabeira desta Comarca, fixada pela Resolução nº 55 do TJPB, portanto, a presente demanda não poderia ter sido distribuída para esta vara.

É sabido que a competência, sendo absoluta, não pode ser prorrogada neste juízo que, funcionalmente, é absolutamente incompetente, motivo pelo qual deve ser examinada *ex officio*, pelo juiz.

Ante o exposto, não estando o bairro **(Cristo Redentor)** do autor inserido no rol dos bairros sob a jurisdição deste Foro Regional, nos termos da Resolução nº 55/TJPB, reconheço a **incompetência** absoluta deste juízo, e determino sejam os autos remetidos à Distribuição do Fórum Cível da Capital, para o devido sorteio.

Intime-se a parte autora desta decisão e, imediatamente após, remetam-se os autos conforme determinado .

JOÃO PESSOA, 18 de julho de 2018.

Juiz(a) de Direito





**Poder Judiciário da Paraíba
6ª Vara Cível da Capital**

[ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, ACIDENTE DE TRÂNSITO] 0805790-16.2018.8.15.2003

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça, com fundamento na alegação de insuficiência de recursos para pagar as despesas processuais/custas, constante da petição inicial, nos termos do que dispõem os arts. 98 e 99, § 3º, do CPC/2015.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A experiência prática demonstra que nas ações em que se busca o pagamento do seguro obrigatório DPVAT, como é o caso, tentativas de acordo somente são viabilizadas em momento processual posterior a realização de prova pericial para apuração da debilidade alegada pelo Autor, razão pela qual torna-se infrutífera a designação de sessão para tentativa conciliatória.

Dessa forma, **deixo de agendar audiência de conciliação.**

Assim, **cite-se** a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

Contestada a ação, **intime-se** a parte Promovente para, em 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação, nos termos do art. 351 do CPC/2015.

Por fim, **agende-se audiência para realização de perícia.**

Ultimadas as providências anteriores, retornem-me os autos conclusos.



João Pessoa – PB, data e assinatura digitais.

Ana Amélia Andrade Alecrim Câmara

Juíza de Direito

